



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA 233

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e treze, às quinze horas, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação do Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais:** Tierri Rafael Angeluci e Sra. Nelsi Maristela Valigura (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sra. Ana Cristina Duda (Fundação Municipal Proamor). Os **conselheiros não governamentais titulares:** Sr. Osni Cirino da Cunha (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Sra. Érica Francine Pilarski Clarindo (Vice – Presidente) e Sra. Isabela Martins Nadal (Profissionais da Área da Assistência Social); Sr. Luiz Cezar da Silva (Presidente – Entidades de Proteção Social Básica); Sra. Cléa Maria Mathias Pereira e Sr. Mauro César Shardt Dancosky (Usuários da Assistência Social). Os **conselheiros não governamentais suplentes no exercício da titularidade:** Sra. Ronilda Aparecida de Souza Santos (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Sr. Marcelo Safraid (Entidades de Proteção Social Básica). Os **Conselheiros não governamentais suplentes:** Sra. Luci Teixeira Biscaia (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade); **Registramos as presenças:** Sra. Lucília do Rocio Lopes Andrade (Secretária Executiva); Sra. Patrícia Mitui (Assistente Administrativo do CMAS); Sra. Ariane Ewert (estagiária do CMAS); Sra. Ana Claudia Alves; Sra. Kellen Francine (Colméia); Sra. Simone Abilhôa (Gerência de Proteção Social Especial). **Justificam-se as ausências dos conselheiros:** Karym Rachel Mami Collesel, Eliane Scolimoski, Leni Aparecida Viana da Rocha, Tônia Mansani de Mira, Anne Christine Pedroso, Marialva Ribas Kincheski, Fernanda de Almeida da Silva, Ivone do Carmo Camargo e Cleberson Leopoldino Antunes Palhano. A reunião tem a **seguinte pauta:** 1- Apreciação e aprovação da pauta. 2- Aprovação das atas nº 231 e 232. 3- Informes Gerais. 4- Informes da Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social. 5- Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do SUAS; 5.1- Termo de Cooperação – contra turno social; 5.2- Termo de aceite para expansão qualificada dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial. 6- Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social. **Abertura:** Com o *quórum* estabelecido, o presidente Sr. Luiz Cezar inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos e segue com o primeiro item da pauta – Apreciação e aprovação da pauta. **Aprovado.** Item dois (2)- Aprovação das atas nº 231 e 232. **Aprovado.** A conselheira Luci pede para falar sobre a exigência de profissional de enfermagem na Colméia esclarecendo

38 que tomou conhecimento sobre a Entidade ao ler a ata. Diz que não participou dessa
39 reunião e constatou na ata, na fala do conselheiro Tierri, que o abrigo Colméia
40 necessitaria desse profissional, porém na legislação da Agência Nacional de Vigilância
41 Sanitária – ANVISA não há essa exigência e que também não é exigido pela Norma
42 Operacional Básica – NOB/ SUAS. O conselheiro Tierri informa que no ofício do
43 Ministério Público veio em anexo uma Lei que exigia esse profissional dependendo da
44 modalidade do abrigo. A conselheira Luci diz que essa lei é anterior e que a atual não
45 contempla essa exigência. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que o ofício foi encaminhado
46 ao Conselho do Idoso por entenderem que não era competência deste Conselho. A
47 conselheira Luci manifesta seu contentamento por essa decisão de encaminhamento ao
48 Conselho do Idoso. O conselheiro Tierri pergunta se pode solicitar a gravação da
49 reunião extraordinária justificando que não estava presente e que foi citado seu nome
50 sem constar na ata. A secretária Lucília diz que o gravador foi ativado, porém não
51 executou a gravação. Justifica que a ata ficou sintética com pontos essenciais pela
52 dificuldade em absorver manualmente todas as falas. No item três (3)- **Informes**
53 **Gerais:** A Secretária Executiva, Lucília Andrade, apresenta os ofícios expedidos no mês
54 de julho: ofício nº67 expedido para a COMPETI indicando os conselheiros que irão
55 compor a COMPETI. Ofício nº 68 para a Secretaria Municipal de Educação solicitando
56 liberação da Conselheira Leni para participar da reunião ampliada e descentralizada do
57 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A secretária Lucília fala que a
58 conselheira foi liberada e nesta data está na Reunião em Porto Alegre. Ofício nº 69 ao
59 Gabinete da SMAS solicitando autorização para secretaria executiva participar da
60 reunião ampliada e descentralizada do CNAS em Porto Alegre. Diz que a Secretária
61 liberou, mas não tinha recursos para pagamento de passagem. Ofício nº 70 para
62 Gerência Básica indicando os nomes dos conselheiros que integrarão o Comitê
63 Municipal no Programa Família Paranaense. Ofício nº 71 para o Gabinete SMAS
64 solicitando adiantamento de despesa para a conselheira Isabela participar da reunião
65 ampliada e descentralizada do CNAS. A secretária Lucília fala que primeiramente foi
66 solicitada a inclusão deste Conselho no decreto que regulamenta o adiantamento de
67 despesa para conselheiros. Fala que a solicitação foi atendida com a publicação do
68 decreto 7.520 em treze de julho. Somente com a publicação do decreto foi possível
69 solicitar o recurso para viagem da conselheira não governamental. A conselheira Isabela
70 fala que o dinheiro foi creditado na sua conta na terça-feira posterior à viagem e que
71 fará a devolução. Explica que pela demora no trâmite, o valor repassado pagaria
72 somente as passagens não cobrindo as despesas com hospedagem e alimentação. O
73 presidente Sr. Luiz Cezar considera positivo o decreto que favorecerá de agora em
74 diante, as viagens dos conselheiros não governamentais. Ofício nº 72 para a Fundação

75 Proamor informando a aprovação de repasse de verba para a Entidade Associação de
76 Atendimento para Portadoras de Necessidades Especiais Nossa Senhora de Lourdes.
77 Ofício n° 73 para o Gabinete SMAS comunicando as pendências que interferirão na
78 realização da Conferência, sendo as intérpretes de libras, a empresa que trabalhará nos
79 eixos temáticos e o almoço, itens sem definição até o momento. Ofício n° 74 para o
80 Gabinete SMAS solicitando o parecer do gestor na Avaliação Local do SUAS referente
81 ao período dois mil e cinco a dois mil e onze que será utilizado na Conferência. Ofício n°
82 75 ao Gabinete SMAS solicitando a liberação da servidora Lucília para participar da
83 Reunião Ordinária no período matutino que não foi necessária devido à manutenção da
84 reunião no período vespertino. Ofício n° 76 ao Gabinete SMAS solicitando um veículo à
85 disposição deste Conselho no dia primeiro de agosto em virtude da realização da IX
86 Conferência. A secretária Lucília fala que houve resposta do ofício que solicitou a
87 nomeação da conselheira Ana Duda como conselheira governamental. Esclarece que o
88 ofício solicitava a nomeação da conselheira Suelen como suplente, mas que foi
89 nomeado o conselheiro Jefferson Villalba devido ao desligamento da servidora Suelen
90 da Fundação. A nomeação deu-se pelo decreto 7.487. Menciona que foram publicadas
91 as resoluções números vinte e quatro a vinte e nove. A estagiária Ariane cita as
92 seguintes Resoluções: **RESOLUÇÃO 24/2013** cancela as inscrições das Entidades:
93 Associação Beneficente Lua Nova e Observatório Social de Ponta Grossa.
94 **RESOLUÇÃO 25/2013** aprova o repasse de auxílio financeiro para a Associação de
95 Pais e Amigos do Deficiente Visual. **RESOLUÇÃO 26/2013** aprova o Plano de Ação do
96 Sistema Único de Assistência Social para 2013. **RESOLUÇÃO 27/2013** aprova as
97 Entidades aptas para executarem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de
98 Vínculos. **RESOLUÇÃO 28/2013** retifica a Resolução 06/2013 sobre a composição da
99 Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social.
100 **RESOLUÇÃO 29/2013** aprova o Reordenamento do Programa de Erradicação do
101 Trabalho Infantil – PETI. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que as resoluções referem-se
102 às deliberações das atas 231 e 232. A secretária Lucília apresenta o convite recebido da
103 Cáritas para o evento Marco Regulatório das relações entre Estado e Sociedade Civil
104 Contra a Criminalização e pelo Reconhecimento das Organizações da Sociedade Civil,
105 com o assessor da Cáritas Brasileira e Conselheiro Nacional de Assistência Social
106 Ademar Bertucci no dia dois de agosto as treze e trinta no Espaço Cultural Sant'Ana. O
107 presidente Sr. Luiz Cezar fala que esse evento é uma promoção da Cáritas Diocesana
108 de Ponta Grossa. Diz que o conselheiro Nacional Ademar Bertucci virá para a
109 Conferência Municipal e se dispôs em ficar na sexta feira para explanar sobre o Marco
110 Regulatório para as Entidades. Pede que a conselheira Érica explique sobre o tema. A
111 conselheira Érica fala que resumidamente, o Marco Regulatório é a proposta para

112 estabelecimento de regras claras nas relações entre Estado e Sociedade Civil. Diz que
113 as Entidades seguem a mesma legislação prescrita para o órgão governamental na
114 formalização de convênio e mesmo molde de licitação. Essa mobilização do Marco
115 Regulatório é pela existência de legislação específica que defina normas e padrões de
116 conduta, principalmente na formalização de convênios com Entidades. Menciona que há
117 um processo tramitando desde dois mil e onze em Brasília e que, em reunião da Cáritas
118 sentiu-se a necessidade dessa discussão nas bases. O presidente Sr. Luiz Cezar
119 acredita que o processo esteja na gaveta da Presidenta e que seria bom uma pressão
120 para envio à Câmara. Faz o convite como presidente do conselho e como presidente da
121 Cáritas, para todos os Conselheiros participarem do evento. No item quatro (4)-
122 **Informes da Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência**
123 **Social:** O presidente Sr. Luiz Cezar fala sobre o ofício enviado ao gabinete SMAS
124 relatando as pendências que interferirão na realização da Conferência dizendo que
125 Secretária ficou sabendo antes do recebimento do ofício. Fala que não se sabe quem
126 conversou com a secretária. Explica que a secretária compareceu em reunião da
127 Comissão esclarecendo algumas questões e pede para a conselheira Érica fazer a
128 leitura do relatório. A relatora Érica diz que a Comissão se reuniu nos dias doze, quinze
129 e vinte e dois de julho com as presenças: Sr. Luiz Cezar, Érica Clarindo, Karym Collesel,
130 Maristela Valigura, Tierri Angeluci, Sandra Cisco e Vera Lucia. Faz a leitura do relato da
131 última reunião que consta: análise do órgão gestor no documento Avaliação Local do
132 SUAS, sendo necessária a inserção da análise do Conselho; Agendamento de visita no
133 hotel para segunda-feira (29/07); licitação do material de ocorrência em dezenove (19/07)
134 tendo como vencedora a Empresa Manarim que se comprometeu em entregar os
135 materiais até dia vinte e nove (29/07); licitação da empresa que atuará nos grupos será
136 dia vinte e nove (29/07) às dez horas; licitação para o almoço não deu certo, porém, a
137 Secretária mandou um e-mail dizendo que custeará o almoço no restaurante popular
138 para àqueles que quiserem; análise das inscrições com as adequações necessárias
139 justificando que algumas pessoas se inscreveram como observadores e se
140 enquadravam como delegados. A relatora fala que é preciso definir quem fará a leitura
141 do Regimento Interno dizendo que a Comissão sugeriu que fosse o Marcelo Safraid. O
142 presidente Sr. Luiz Cezar pergunta se o Marcelo concorda em fazer a leitura do
143 Regimento na Conferência sendo aceito por ele. O presidente Sr. Luiz Cezar expõe para
144 aprovação da plenária, **Aprovado**. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que será necessário
145 que uma pessoa assessore o conselheiro Marcelo no momento da leitura sendo
146 complementado pela conselheira Érica que essa pessoa anotar os destaques. O
147 conselheiro Marcelo sugere quem o indicou para leitura e a conselheira Érica se
148 prontifica dizendo que a sugestão não partiu dela. O presidente Sr. Luiz Cezar abre para

149 aprovação, **Aprovado**. O conselheiro Tierri fala que seria interessante se tivesse uma
150 pessoa disponível para acompanhar o palestrante apresentando-lhe a cidade. O
151 presidente Sr. Luiz Cezar indaga quando ele chegará lembrando que será importante
152 enviar a ele alguns materiais, em específico a Avaliação Local do SUAS. O conselheiro
153 Tierri fala que pode ser enviado por e-mail e o presidente Sr. Luiz Cezar diz que deveria
154 mandar ainda hoje lembrando que amanhã será feriado. Solicita que a secretária Lucília
155 envie o documento. O presidente Sr. Luiz Cezar passa para a Avaliação Local
156 indagando da necessidade de ler o documento e a conselheira Ana Duda opina pela
157 dispensa da leitura visto que os conselheiros receberam com antecedência por e-mail. A
158 conselheira Isabela informa que o documento foi elaborado por uma subcomissão
159 passando para apreciação da Comissão e posterior conhecimento da plenária. O
160 presidente Sr. Luiz Cezar fala que será realizada a leitura dos pareceres do órgão
161 gestor e do Conselho. O conselheiro Marcelo, indicado para a leitura, relata em primeiro
162 o parecer do órgão gestor: *“Embora algumas deliberações estejam em andamento ou
163 não foram implementadas, sejam estas justificadas por motivos descritos, nosso objetivo
164 é continuar expandindo os serviços e garantir a qualidade da gestão e do
165 monitoramento. A SMAS com o CMAS avaliará e executará os planos, programas e
166 projetos sociais, realizará pesquisas e intervenções junto à população usuária das
167 políticas sociais públicas estatais privadas de maneira efetiva”*. Prossegue com o
168 parecer do Conselho: *“Viu-se no documento que o gestor envidou esforços na
169 implementação do SUAS, destacando a implantação das Unidades estatais CRAS e
170 CREAS que ofertam serviços essenciais à população usuária. Porém observou-se que a
171 Política de Recursos Humanos ficou preterida. Registra-se que este Conselho fez
172 considerações e apontamentos acerca das diretrizes do SUAS com vistas à garantia de
173 direitos, serviços e programas de qualidade que proporcionassem melhorias na
174 qualidade de vida da população. Observou-se também que a gestão não acompanhou a
175 dinamicidade das ações ficando comprometida a qualidade de alguns serviços. Porém,
176 é salutar mencionar que avanços ocorreram, mas há muito a se avançar para a
177 efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente e expressados na Política
178 Nacional de Assistência Social”*. O presidente fala que no parecer fez-se uma análise
179 criteriosa visualizando passos tímidos faltando muito para se efetivar a política como
180 deveria ser dentro do município. Diz que o parecer do órgão gestor aponta para o
181 compromisso, em conjunto com o Conselho, de atuação efetiva. Lembra que esse
182 parecer compõe o relatório da Avaliação Local do SUAS referente às deliberações das
183 Conferências desde dois mil e cinco contendo muitas informações. A conselheira
184 Isabela fala que todos os participantes receberão esse material para que saibam a
185 condição em que se encontra a assistência no município, não ficando restrito ao

186 conselho. O presidente Sr. Luiz Cezar diz aos conselheiros que receberam o relatório
187 que seria interessante irem se inteirando do documento como fonte para discussão na
188 ocasião da Conferência. Expõe os pareceres para aprovação. **Aprovado.** A conselheira
189 Érica fala que em relação ao almoço, as despesas serão pagas pela Secretária Beatriz
190 e o presidente Sr. Luiz Cezar faz a leitura do e-mail recebido da secretária: *“Bom dia Sr.
191 Luiz Cezar e conselheiros, acreditando que todas as medidas tomadas com referência à
192 Conferência teríamos respostas satisfatórias. O que não ocorreu com relação ao
193 almoço. Não nos cabe responsabilizarmos, mas, tomarmos medidas emergenciais. O
194 Hotel disponibilizará dois lanches (manhã e tarde) e a Secretaria almoço para quem
195 desejar no Restaurante Popular. É o que temos a propor pois não teremos tempo para
196 providenciarmos outro local. Sugiro avaliação da Comissão. Grata. Abraços.* O
197 presidente Sr. Luiz Cezar fala que a Secretária irá se responsabilizar pelo almoço. O
198 conselheiro Tierri diz que se discutiu esse assunto entendendo que o almoço não seria
199 fundamental por considerar que o serviço do hotel contemplará dois *coffee break* e que
200 a Conferência aconteceria normalmente sem o almoço. Mas que a secretária optou por
201 custear se a pessoa necessitar do almoço. A conselheira Érica concorda que o almoço
202 não é o fundamental da Conferência, mas acredita que, se não houver, dispersará os
203 participantes. Fala que quem participou das Conferências anteriores sabe bem que,
204 mesmo oferecendo almoço, no final da tarde tem um número reduzido de pessoas.
205 Acredita que o almoço evitaria a saída dos participantes mantendo-os no local no
206 período vespertino. Diz que entende a posição da Secretária e que se ela pudesse
207 também pagaria o almoço. Mas a secretária Beatriz ocupa um cargo de secretária e há
208 a questão da improbidade administrativa. A conselheira Isabela fala que foi a solução
209 encontrada pela secretária naquele momento, mas fica preocupada na repercussão
210 dessa atitude, acredita que surjam comentários considerando que este é um espaço
211 aberto. A conselheira Ana Duda pergunta por que não saiu à licitação do almoço sendo
212 respondido pelo conselheiro Tierri que o processo foi com alguns erros de dotação
213 orçamentária e que não daria de tempo de fazer as correções em tempo hábil para
214 licitação. A conselheira Érica explica que a decisão do almoço foi demorada porque a
215 primeira opção era o ticket refeição e com a ausência do terceiro orçamento inviabilizou
216 o processo licitatório. Lembra que a decisão do almoço deu-se por sugestão da irmã
217 Silvonete na ocasião de sua visita, em reunião ordinária no mês anterior, sendo acatada
218 pela plenária. A conselheira Érica comenta sobre a publicação, no diário oficial,
219 referente à contratação de empresa para o almoço da Plenária da Saúde. Acrescenta
220 que o edital de justificativa para contratação saiu no dia da Plenária acreditando que
221 tenha sido por dispensa de licitação. O conselheiro Tierri diz que após a publicação no
222 diário oficial há um prazo de oito dias úteis para a finalização do processo. A conselheira

223 Ana Duda diz que deveria ser enviada a solicitação do almoço mencionando essa
224 liberação para a Plenária de Saúde. A conselheira Ronilda informa que na Conferência
225 da Educação houve a disponibilização de tickets refeição para vários locais. O
226 presidente Sr. Luiz Cezar se compromete em conversar com a Secretária Beatriz sobre
227 o almoço na segunda-feira, no retorno da visita ao hotel. O conselheiro Tierri diz que
228 desconhecia essa liberação para a Saúde e informa que a Sra. Rosane em uma visita
229 ao hotel Slaviero questionou a possibilidade de disponibilizarem o espaço para a
230 Secretaria fornecer as refeições terceirizadas. O hotel repassou um custo de quinhentos
231 reais (R\$ 500,00) indagando sobre o fornecimento da refeição pelo próprio hotel. O
232 conselheiro Tierri diz que ligou para o Sr. Luiz Cezar repassando essa alternativa e
233 procedeu com o encaminhamento para dispensa de licitação, porém, sem êxito. A
234 conselheira Isabela fala que na ocasião não foi tratado sobre almoço com o hotel porque
235 disseram que só comportaria cento e cinquenta pessoas. O presidente Sr. Luiz Cezar
236 lembra que no início da conversa (no mês de março) a proposta era no restaurante
237 popular, mas não deu certo por se tratar de um serviço prestado pelo mesmo gestor
238 público. Apresenta o cartão que será distribuído para as pessoas que quiserem almoçar,
239 dentro da proposta da Secretária. O conselheiro Tierri fala que o restaurante popular faz
240 parte da Gerência dele e, em conversa com a nutricionista responsável, ficou acertado
241 que a pessoa apresentará o ticket sendo realizada a contagem no final do expediente e
242 o valor correspondente acertado pela Secretária. Diz que a pessoa enfrentará fila
243 normalmente não podendo passar na frente. O presidente Sr. Luiz Cezar pergunta se
244 pode conduzir dessa forma se propondo em conversar com a Secretária na segunda-
245 feira e fica acordado. A conselheira Érica fala da licitação dos grupos de trabalho e o
246 conselheiro Tierri complementa que será segunda-feira, dia vinte e nove de julho às dez
247 horas. Diz que se o pregão der deserto poderá entrar com pedido de dispensa
248 justificando pela urgência. Comunica que foi realizado contato com as empresas
249 avisando da data e horário do pregão. O presidente Sr. Luiz Cezar pergunta quais foram
250 às empresas avisadas e o conselheiro Tierri responde que foi o CEDPS e a Emancipar.
251 A secretária Lucília traz a solicitação dos conselheiros referente ao processo do almoço
252 dizendo que está desde o dia dezessete na superintendência. O presidente Sr. Luiz
253 Cezar fala que o processo chegou ao departamento de compras e contratos no dia doze
254 de julho, no dia quinze foi para a secretaria municipal de gestão financeira e assuntos
255 jurídicos e no dia dezessete para a superintendência. A conselheira Érica solicita que a
256 funcionária Patrícia ligue na superintendência para ver a situação do processo. O
257 presidente Sr. Luiz Cezar fala que é interessante os conselheiros se dividirem para
258 acompanhar os grupos de trabalho independente de se ter a empresa contratada,
259 mencionando que são seis eixos. O conselheiro Tierri fala que os trinta e seis

260 conselheiros se dividindo nos seis eixos ficariam seis conselheiros para cada eixo.
261 Sugere que os presentes escolham os eixos que têm interesse e os demais serem
262 remanejados pela plenária. A conselheira Ana Duda pergunta quais são os eixos e a
263 conselheira Érica os relata: Eixo um – Cofinanciamento Obrigatório da Assistência
264 Social; Eixo dois – Gestão do Suas: Vigilância Socioassistencial, Processos De
265 Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Eixo três – Gestão do Trabalho. Eixo quatro
266 – Gestão dos Serviços, Programas e Projetos. Eixo cinco – Gestão dos Benefícios no
267 SUAS. Eixo seis – Regionalização. Os conselheiros se dividem da seguinte forma: Eixo
268 um: Marcelo; eixo dois: Ronilda e Tierrri; eixo três: Luci; eixo quatro: Ana Duda; eixo
269 cinco: Nelsi Maristela e Osni; eixo seis: Érica. O conselheiro Tierrri fala que na reunião
270 do Conselho Estadual ninguém conhecia sobre o eixo seis e conseqüentemente
271 ninguém queria fazer parte desse grupo. A conselheira Isabela fala que o Conselho
272 Estadual de Assistência Social – CEAS fez várias observações para auxiliar na
273 discussão dos eixos. Diz que a Regionalização geralmente se aplica aos municípios
274 menores que buscam o consórcio para efetivar suas ações, exemplificando que há
275 município que não consegue sustentar um CREAS. A relatora, conselheira Érica
276 prossegue lembrando que consta na programação: Apresentação da Comissão
277 Organizadora para o credenciamento entre sete horas e trinta minutos e sete horas e
278 quarenta e cinco minutos. A secretária Lucília fala que foi solicitado um carro para esse
279 dia e, se algum conselheiro preferir poderá vir no Conselho para seguir até o hotel com
280 o carro da Secretaria. A conselheira Érica pergunta quem ficará no credenciamento e a
281 conselheira Isabela se prontifica sugerindo que se eximam dessa tarefa os conselheiros
282 Marcelo e Érica que farão a leitura do regimento Interno. O conselheiro Tierrri fala que
283 fará o panorama do município e o presidente Sr. Luiz Cezar diz que realizará o discurso
284 de abertura. A secretária Lucília comunica que a Gerência Básica disponibilizou três ou
285 quatro funcionários para auxiliar no credenciamento. Menciona que as inscrições
286 deferidas poderão constar no *site* da prefeitura facilitando a visualização da qualidade
287 de participação. A conselheira Ana Duda pergunta quantas vagas foram disponibilizadas
288 para delegados na Conferência Regional e se os delegados para Nacional serão eleitos
289 na Regional. A conselheira Érica responde que são dezesseis vagas, sendo oito
290 governamentais e oito não governamentais e desses dezesseis, sete irão para Estadual
291 sendo quatro governamentais e três não governamentais. Diz que os delegados para
292 Nacional serão eleitos na Regional e referendados na Estadual. A conselheira Érica
293 segue informando que na segunda-feira (dia vinte e dois) a Comissão verificou nome
294 por nome, separando as inscrições por representação e qualidade de participação com
295 posterior organização pelas funcionárias Lucília e Patrícia. Relata que somaram trinta e
296 dois conselheiros inscritos faltando duas inscrições dos trinta e quatro conselheiros. O

297 presidente Sr. Luiz Cezar pergunta se os presentes já fizeram a inscrição sendo
298 respondido que sim. A conselheira Érica faz a leitura dos conselheiros inscritos e a
299 secretária Lucília aponta que faltam as inscrições dos conselheiros Gino e Santana. A
300 conselheira Érica relata que são trinta e nove Entidades inscritas e há trinta e quatro
301 inscrições. Constam também: sessenta e três delegados governamentais; vinte e seis
302 profissionais da área; trinta e cinco delegados usuários; setenta e nove observadores e
303 dois convidados totalizando duzentos e setenta e um inscritos. A conselheira Érica fala
304 que no dia surgirão pessoas para fazerem inscrição podendo participar como
305 observador. Lembra que o material foi preparado para trezentos participantes e se
306 houver número excedente poderá participar, porém, ficará sem material. A conselheira
307 Ronilda diz que o conselheiro Mauro necessitará de material ampliado e a secretária
308 Lucília fala que será providenciado. A conselheira Ronilda fala que a APADEVI
309 providenciará material em braile, se algum participante precisar. O presidente Sr. Luiz
310 Cezar pede aprovação para divulgar a lista das inscrições deferidas no site, **aprovado**.
311 O presidente Sr. Luiz Cezar põe para aprovação o Regimento Interno, **aprovado**. Item
312 cinco (5) - **Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do SUAS; 5.1-**
313 **Termo de Cooperação – contra turno social;** A relatora, conselheira Maristela, fala
314 que a Comissão se reuniu no dia dezenove com a presença dela, do presidente Sr. Luiz,
315 da vice-presidente Érica e da secretária Lucília. Faz a leitura do modelo do Termo de
316 Cooperação (apresentado pela Gerência Básica) entre a Juíza de Direito, a Promotoria
317 de Justiça da Vara da Infância de Ponta Grossa, o Conselho Municipal dos Direitos da
318 Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal de Assistência Social, através de
319 seus representantes, nominando-os. Fala que se trata da ampliação de metas para
320 atendimento a crianças e adolescentes no serviço de Convivência e Fortalecimento de
321 Vínculos. Observa que a Comissão questionou o número exposto no documento
322 (quinhentas metas) por considerar a aprovação deste Conselho de trezentos e setenta
323 metas. A conselheira Ana Duda pergunta se foi dado algum encaminhamento da
324 Comissão e a conselheira Érica diz que a Comissão entendeu que se deva constar
325 somente as trezentas e setenta aprovadas pela incerteza do município cumprir com as
326 quinhentas vagas durante o ano. Fala que só completarão trezentas e setenta metas se
327 forem aprovadas as Entidades Aldeia da Criança e Cidade dos Meninos pendentes de
328 visita. O presidente Sr. Luiz Cezar fala que tudo chega em cima da hora porque as
329 pessoas não entendem que o Conselho tem reuniões de Comissão antecedendo a
330 reunião plenária se referindo ao ofício recebido do Conselho Municipal dos Direitos da
331 Criança e do Adolescente. O ofício com data de primeiro de julho que apresenta a
332 proposta da Legião da Boa Vontade – LBV foi recebido neste Conselho, encaminhado
333 pela Gerência Básica, no dia vinte e dois de julho. O presidente Sr. Luiz Cezar faz a

334 leitura do ofício com a solicitação da LBV. A conselheira Ana Duda fala que com a
335 proposta da LBV completam-se as quinhentas vagas. A conselheira Érica fala que
336 ultrapassa, pois estavam faltando cento e trinta e a LBV se propõe em atender cento e
337 cinquenta. A conselheira Ana Duda pergunta da origem do recurso e o presidente
338 responde que será do Fundo. A conselheira Ana Duda pergunta como se dará esse
339 repasse pela inexistência de dotação no Fundo e a conselheira Érica responde que o
340 Prefeito autorizou a utilização de recurso proveniente de emenda. Explica que a LBV
341 não receberá recurso monetário e sim material de consumo, alimentação e vale
342 transporte pela impossibilidade de formalização de convênio. A conselheira Érica diz
343 que será necessário incluir no Termo de Cooperação as competências do Conselho.
344 Fala que o Termo será assinado no dia vinte e dois de julho e o conselheiro Tierrri diz
345 que em reunião da equipe da Secretaria, falou-se que foi prorrogado até dia cinco de
346 agosto. O presidente Sr. Luiz Cezar lembra que o Conselho aprovou, através de
347 Resolução, duzentas e sessenta vagas e entende que essa aprovação do Termo com
348 quinhentas metas deveria retornar para análise da Comissão. A conselheira Érica fala
349 que esse atendimento da LBV não envolverá repasse de verba sendo os itens
350 solicitados custeados pela Gerência Básica. Faz novamente, por solicitação da plenária,
351 a leitura da cota no processo e do ofício da LBV. Há dúvida no quantitativo de vagas,
352 pelo ofício da LBV solicitar a manutenção de cento e cinquenta metas e a cota da
353 Gerência Básica mencionar setenta vagas. O presidente Sr. Luiz Cezar sugere retorno
354 para comissão e o conselheiro Tierrri comenta sobre o prazo estabelecido para
355 assinatura do Termo. A conselheira Ronilda pergunta quando a Comissão se reunirá e a
356 conselheira Érica responde que poderia se reunir na data agendada para reunião
357 extraordinária (dia trinta e um de julho) em horário antecedente com posterior
358 apreciação pela Plenária. O presidente Sr. Luiz Cezar expõe para aprovação essa
359 sugestão. **Aprovado.** A conselheira Maristela retoma o relato apresentando as
360 competências do Conselho, propostas pela Comissão, no referido Termo de
361 Cooperação. Entre as competências caberão acompanhamento e fiscalização dos
362 serviços conforme prevê o Regimento Interno do CMAS. Menciona que se analisou o
363 Relatório de Gestão 2012, apresentado pela Gerência Técnica de Política de
364 Assistência Social decidindo-se pela apreciação também da Comissão de
365 Acompanhamento do Fundo. **5.2- Termo de Aceite para Expansão Qualificada dos
366 Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial.** A conselheira Maristela
367 faz a leitura do relatório da Comissão: A Gerência de Proteção Social Especial
368 apresentou o termo de Aceite “Expansão Qualificada dos Serviços socioassistenciais”,
369 no valor de cinco mil reais (5.000,00) mensais de cofinanciamento do Governo Federal
370 para Garantia de Equipe Técnica que atuará no CREAS POP, segundo resolução

371 número seis de doze de abril de 2013. Diz que a Gerência encaminhou a Resolução
372 anexa ao documento de solicitação. A conselheira Érica explica que a Gerência
373 programou esse valor para contratação de um psicólogo, uma cozinheira e um educador
374 social. Observa que a Resolução orienta que a equipe técnica para execução do serviço
375 especializado seja composta por no mínimo três profissionais e que pelo menos um
376 deles seja de nível superior. A conselheira Ana Duda sugere uma readequação nos
377 profissionais a serem contratados por considerar que o serviço é para abordagem
378 social. Entende que a cozinheira não compõe a equipe de abordagem e sugere
379 remanejamento de profissional que desempenhe outra função no CREAS para substituir
380 à cozinheira e que a cozinheira ocupe o lugar desse profissional. O presidente Sr. Luiz
381 Cezar abre para aprovação com essa ressalva, **aprovado**. Item seis (6) da pauta -
382 **Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de**
383 **Assistência Social**. O relator Tierrri informa que a Comissão se reuniu hoje as treze e
384 trinta e que, infelizmente as duas pautas propostas não foram contempladas. Cita que a
385 primeira pauta seria a avaliação e aprovação do Demonstrativo Sintético dos Recursos
386 Federais 2012. Comunica que a Gerência Técnica solicitou que o Demonstrativo fosse
387 transferido para a reunião do dia trinta e um de julho (31/07) justificando que não foi
388 possível concluir para a data de hoje devido às alterações no formato de apresentação
389 com discriminação de dados não existentes no ano passado. Justifica ainda que com a
390 mudança da diretora do Fundo houve dificuldade para acessar algumas contas
391 bancárias. Diz que a segunda pauta que a Comissão não conseguiu vencer trata-se do
392 Relatório de Gestão que começou a ser apresentado, porém foi interrompido ao se
393 discutir a proposta para 2014 de que os recursos dos convênios sejam administrados
394 pelo Fundo e não mais pela Fundação Proamor. A Comissão propôs que o relatório não
395 fosse aprovado naquele momento para ser discutido num próximo encontro com a
396 presença dos responsáveis pelas Gerências repassadoras dos dados constantes do
397 relatório visando sanar dúvidas. O presidente Sr. Luiz Cezar conclui dizendo que o
398 primeiro item será apresentado diretamente na reunião extraordinária dia trinta e um de
399 julho e o segundo item retornará para análise da Comissão. O conselheiro Tierrri
400 esclarece que não há prazo definido para apresentação do Relatório de Gestão. O
401 presidente Sr. Luiz Cezar expõe a proposta de que toda verba que alimenta os serviços
402 da Assistência Social no município seja canalizada para o FMAS. Diz que as verbas
403 repassadas pela Fundação Proamor para as Entidades deveriam ser repassadas pelo
404 Fundo extinguindo a Fundação. Entende que deveria existir somente um órgão gestor
405 da Assistência e a equipe da Fundação atuaria na Secretaria. O Presidente Sr. Luiz
406 Cezar convoca para reunião extraordinária no dia trinta e um de julho às quinze horas.
407 Informa que a Comissão do SUAS será na mesma data às treze horas e trinta minutos e

408 que a Comissão Organizadora da Conferência visitará o hotel, que sediará o evento, na
409 segunda-feira (dia vinte e nove) às quatorze horas. **Encerramento:** Finalizada a pauta e
410 nada mais havendo a tratar, o Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva agradece a presença
411 dos conselheiros e demais convidados encerrando a reunião às dezesseis horas e trinta
412 e cinco minutos. A presente ata foi gravada pela estagiária, Sra. Ariane Ewert, transcrita
413 pela assistente de administração, Sra. Patrícia Mitui, redigida por mim, Lucília do Rocio
414 Lopes Andrade, secretária executiva e, após aprovada segue assinada por mim, pelo
415 Presidente e demais conselheiros presentes.